

Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

Anexo I – MODELO DE PROJETO EXTENSIONISTA



CENTRO UNIVERSITÁRIO PROCESSUS

Prática Extensionista

PROJETO/AÇÃO (semestre/ano)

1. Identificação do Objeto

Atividade Extensionista:

PROGRAMA () PROJETO (X) CURSO () OFICINA ()
EVENTO () PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS () AÇÃO DE EXTENSÃO SOCIAL ()

Área Temática:

Meio Ambiente e Sustentabilidade

Linha de Extensão:

Prática de gestão II

Local de implementação (Instituição parceira/conveniada):

Ribeiros & Silva Advogados

Título:

Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável aplicado em um escritório de Advocacia

2. Identificação dos Autor(es) e Articulador(es)

CURSO: Administração

DISCIPLINA EXTENSIONISTA: Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

Coordenador de Curso

NOME:

Profa. Maria Aparecida de Assunção

Professor(a) Articulador(a):

NOME:

Profa. Silvana Maria Barbosa da Silva Costa

Aluno(a)

NOME/Matrícula/Contato: Carlos Alberto Monteiro de Sousa

Matrícula: 2528590000005

Contato: 61985321287

NOME/Matrícula/Contato: Carlos Alberto Monteiro de Sousa

Matrícula: 2528590000005

3. Desenvolvimento

Fundamentação Teórica

Sustentabilidade

A sustentabilidade tornou-se um dos principais temas discutidos no contexto organizacional contemporâneo, especialmente diante dos desafios ambientais, sociais e econômicos enfrentados pela sociedade. De acordo com Sachs (2008), o desenvolvimento sustentável é aquele capaz de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações, integrando crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

Nesse sentido, a sustentabilidade ultrapassa a ideia de preservação ambiental isolada e passa a representar um modelo de desenvolvimento mais equilibrado e responsável. Para Elkington (1997), esse conceito é fortalecido pelo chamado Triple Bottom Line, que defende que as organizações devem buscar resultados positivos não apenas no aspecto econômico, mas também nos aspectos sociais e ambientais.

Mesmo instituições que não possuem impacto ambiental direto, como escritórios de advocacia, podem contribuir com a sustentabilidade por meio de práticas administrativas conscientes. A redução do uso de papel, a digitalização de documentos e o uso racional de recursos são exemplos de ações simples, mas eficazes, que demonstram compromisso com um modelo sustentável de gestão. Dessa forma, a sustentabilidade passa a ser entendida como uma postura organizacional, e não apenas como uma exigência ambiental.

Responsabilidade Socioambiental

A responsabilidade socioambiental está relacionada ao compromisso ético das organizações com a sociedade e o meio ambiente. Segundo Barbieri e Cajazeira (2012), a responsabilidade socioambiental empresarial envolve a adoção voluntária de práticas que minimizem impactos negativos e ampliem os benefícios sociais gerados pelas atividades organizacionais.

Esse conceito reforça a ideia de que as organizações devem ir além do cumprimento das leis, assumindo um papel ativo na promoção do bem-estar social e ambiental. Para Barbosa (2020), a responsabilidade socioambiental está diretamente ligada à governança sustentável, pois envolve transparência, ética e compromisso com o desenvolvimento coletivo.

No contexto do setor jurídico, a responsabilidade socioambiental se manifesta principalmente por meio de atitudes internas e da influência positiva exercida sobre colaboradores e clientes. Escritórios de advocacia, mesmo não atuando diretamente na área ambiental, podem contribuir para a conscientização social ao adotar práticas responsáveis e incentivar comportamentos sustentáveis. Dessa forma, a advocacia também se consolida como

Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

agente social, comprometido não apenas com a defesa de direitos, mas também com a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Ecoeficiência

A ecoeficiência está relacionada ao uso mais eficiente dos recursos disponíveis, buscando reduzir desperdícios e impactos ambientais sem comprometer a qualidade dos serviços prestados. De acordo com Barbieri e Cajazeira (2012), a ecoeficiência consiste em produzir mais valor com menor consumo de recursos naturais, energia e materiais.

No ambiente organizacional, a ecoeficiência pode ser aplicada por meio de práticas simples, como economia de energia, redução de resíduos e adoção de processos digitais. Em escritórios de advocacia, a digitalização de documentos e a diminuição do uso de papel representam exemplos claros de ecoeficiência, contribuindo para a preservação ambiental e para a modernização da gestão administrativa.

Além disso, a ecoeficiência está diretamente ligada à educação ambiental dentro das organizações. Conforme destaca Layrargues (2014), a educação ambiental é fundamental para promover mudanças de comportamento e fortalecer a consciência crítica sobre o impacto das ações humanas. Ao incentivar práticas ecoeficientes, as instituições contribuem para a formação de profissionais mais conscientes e alinhados às demandas contemporâneas.

Portanto, ao integrar sustentabilidade, responsabilidade socioambiental e ecoeficiência, as organizações demonstram que é possível adotar uma gestão mais ética e responsável, independentemente do setor de atuação. No caso da advocacia previdenciária, essas práticas reforçam o compromisso social da instituição e evidenciam que pequenas ações podem gerar impactos positivos significativos.

Apresentação:

Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados de uma atividade extensionista realizada em um escritório de advocacia previdenciária, com a finalidade de analisar como instituições jurídicas podem incorporar práticas sustentáveis em seu cotidiano.

A partir de uma entrevista com o Advogado o Dr. Emanuel Lucimar da Silva, buscou-se compreender como conceitos como desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental e ecoeficiência se manifestam na rotina de uma organização voltada essencialmente para a defesa de direitos previdenciários.

A proposta integra saberes teóricos e vivências práticas, reforçando o papel da extensão universitária como instrumento de formação crítica e participação social.

Justificativa:

A intenção principal deste projeto é mostrar que **sustentabilidade** não é algo exclusivo de empresas grandes ou da área ambiental. Qualquer instituição pode fazer sua parte, até um escritório de advocacia previdenciária. A ideia é justamente revelar que pequenas mudanças no dia a dia, como reduzir o uso de papel, digitalizar processos e incentivar hábitos mais conscientes, já são formas reais de contribuir com o meio ambiente.

Portanto, a escolha de realizar este projeto extensionista em um escritório de advocacia previdenciária se justifica pela necessidade de mostrar que a **sustentabilidade**, a responsabilidade socioambiental e a **ecoeficiência** não são práticas restritas a empresas industriais ou órgãos diretamente ligados ao meio ambiente. Pelo contrário, qualquer instituição pode adotar atitudes que contribuam para um futuro mais consciente, inclusive organizações do setor jurídico.

O foco do trabalho é evidenciar que a **responsabilidade socioambiental** não depende do tipo de serviço prestado, mas da postura da instituição. Mesmo que o escritório não gere impacto ambiental direto, ele pode influenciar pessoas, adotar práticas mais limpas e mostrar que a advocacia também tem espaço na construção de um futuro mais sustentável.

Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

O escritório Ribeiro & Silva Advogados demonstra isso na prática ao implementar ações simples, como reduzir o uso de papel, digitalizar processos e incentivar hábitos mais responsáveis no dia a dia. Mesmo que o impacto ambiental da advocacia seja baixo, a postura adotada pelo gestor, Dr. Emanuel Lucimar da Silva, evidencia que a **sustentabilidade** é, antes de tudo, uma escolha ética e cultural, e não apenas uma exigência técnica.

Além disso, o projeto reforça como a extensão universitária ajuda a conectar teoria e prática. Ao visitar a instituição e conversar com o gestor, fica claro que **sustentabilidade** é algo que pode (e deve) fazer parte de qualquer rotina profissional. No fim, o objetivo é despertar consciência e mostrar que todos, inclusive quem trabalha com a área jurídica, têm um papel importante nesse processo.

Objetivos:

Geral

Analisar como um escritório de advocacia previdenciária pode aplicar práticas de sustentabilidade, responsabilidade socioambiental e ecoeficiência em sua rotina, relacionando essas ações aos conceitos estudados na disciplina de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Específicos

- Identificar quais práticas sustentáveis já são adotadas pelo escritório Ribeiro & Silva Advogados.
- Compreender a percepção do gestor sobre a importância da responsabilidade socioambiental no ambiente jurídico.
- Relacionar as ações da instituição com os princípios de desenvolvimento sustentável discutidos na disciplina.
- Avaliar de que maneira pequenas mudanças na rotina administrativa podem contribuir para a redução de impactos ambientais.

Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

- Refletir sobre o papel da extensão universitária na formação crítica e cidadã do estudante.

Metas:

- Incentivar a adoção de práticas sustentáveis dentro de um escritório jurídico.
- Desenvolver uma visão mais consciente sobre o uso de recursos no ambiente profissional.
- Fortalecer o entendimento do estudante sobre como a sustentabilidade pode ser aplicada em diferentes áreas de atuação.
- Conectar teoria e prática por meio da vivência extensionista.
- Estimular atitudes de ecoeficiência que possam ser mantidas pela instituição visitada.

Resultados esperados:

- o Identificação de práticas sustentáveis já existentes no escritório visitado.
- Reconhecimento da importância da responsabilidade socioambiental mesmo em instituições de baixo impacto ambiental.
- Ampliação da consciência ambiental dos envolvidos na pesquisa.
- Sugestões práticas para melhorar o uso racional de recursos dentro da instituição.
- Compreensão mais clara de como a sustentabilidade pode ser incorporada ao cotidiano profissional do aluno.

Metodologia:

A metodologia utilizada foi qualitativa, por meio de pesquisa exploratória-descritiva, baseada em uma visita presencial e na realização de uma entrevista estruturada com o gestor do escritório Ribeiro & Silva Advogados, o Dr. Emanuel Lucimar da Silva.

Durante a visita, foram observadas as práticas administrativas do local, com foco no uso de recursos e nas ações voltadas à sustentabilidade. As respostas da entrevista foram analisadas

Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

e relacionadas aos conceitos estudados na disciplina de **Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**.

Essa abordagem permitiu compreender a realidade da instituição e avaliar como práticas de **sustentabilidade, responsabilidade socioambiental e ecoeficiência** se manifestam no cotidiano do escritório.

Durante a visita, foi entrevistado o advogado e gestor Dr. Emanuel Lucimar da Silva. A ideia foi identificar como o escritório lida com questões sustentáveis no dia a dia e como essa consciência ambiental aparece na rotina deles.

Com a entrevista, ficou claro que, mesmo sendo um escritório jurídico, eles já adotam algumas práticas importantes: reduzem o uso de papel sempre que possível, fazem a digitalização de documentos e incentivam uma rotina administrativa mais consciente. O Dr. Emanuel explicou que, mesmo que o impacto ambiental da advocacia seja pequeno, qualquer instituição pode adotar atitudes responsáveis e contribuir para um futuro melhor.

Cronograma de execução:

DATA DE INÍCIO: 01/09/2025

DATA DE TÉRMINO: 10 /12/2025

Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

ATIVIDADES (sugeridas)	DATAS previstas
1. Elaboração e entrega ao Professor do Questionário (anexo II)	DATA final: ATÉ 13 de SETEMBRO
2. Elaboração e entrega ao Professor do Projeto preliminar (anexo I)	DATA final: ATÉ 30 DE SETEMBRO
3. Devolutiva 1 do Professor	DATA final: ATÉ 04 DE OUTUBRO
4. Entrega ao Professor do Projeto preliminar, com a realização de alterações solicitadas	DATA final: ATÉ 11 DE OUTUBRO
5. Devolutiva 2 do Professor	DATA final: ATÉ 18 DE OUTUBRO
6. Prazo para acertos gerais do Projeto e envio ao Professor	DATA final: ATÉ 08 DE NOVEMBRO
7. Devolutiva 3 do Professor	DATA final: ATÉ 17 DE NOVEMBRO
8. Prazo para acertos finais.	DATA final: ATÉ 29 DE NOVEMBRO
9. Entrega ao Professor do Projeto final (anexo I).	DATA final: ATÉ 06 DE DEZEMBRO
10. Avaliação e postagem no SEI, da menção (AP ou RP)	Data final: ATÉ 19 DE DEZEMBRO
11. Postagem, pelo professor, do Projeto final no SPGAex (Sistema de Programa de Gestão das Atividades Extensionistas) do UniProcessus	DATA final: ATÉ 20 DE DEZEMBRO

Considerações finais:

A entrevista permitiu compreender como esses conceitos funcionam fora da sala de aula, mostrando que instituições que lidam com direitos sociais também podem e, devem, assumir um papel ativo na promoção de boas práticas ambientais.

O Dr. Emanuel Lucimar comentou que ainda há pontos a serem melhorados, como ampliar ações de educação ambiental interna, envolver mais a equipe e criar iniciativas que aproximem o escritório da comunidade quando o assunto é **sustentabilidade**.

Ele também destacou a importância da **responsabilidade socioambiental** dentro do ambiente jurídico, mostrando que **sustentabilidade** não depende da área em que a empresa atua, mas da postura ética que ela escolhe ter. Além disso, existe uma relação direta com a disciplina de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, porque questões sociais e ambientais fazem parte da vida de todos, inclusive do trabalho do advogado.

No geral, este projeto mostrou que práticas de **ecoeficiência** podem existir em qualquer lugar, inclusive na advocacia. E, que, a extensão universitária teve um papel muito importante,

Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

porque permiti ver na prática aquilo que se aprende na disciplina, contribuindo para a formação crítica do aluno, ampliando sua visão sobre o papel social das instituições e sobre como pequenas mudanças podem gerar impactos positivos.

Além disso, a extensão universitária se mostrou fundamental para aproximar teoria e prática, ajudando a construir uma formação mais crítica, humana e alinhada às necessidades contemporâneas. Com essa experiência, ficou claro que pequenas ações podem gerar grandes mudanças e que cada instituição, por menor que seja, pode contribuir para um futuro mais sustentável.

Referência Bibliográfica:

BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável. São Paulo: Saraiva, 2012.

BARBOSA, Gustavo Henrique. Governança sustentável: fundamentos e práticas para organizações responsáveis. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

ELKINGTON, John. Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business. Oxford: Capstone, 1997.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Cortez, 2014.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.